

Previdência ameaça hospitais com punição

**AGÊNCIA ESTADO
e SERVIÇO LOCAL**

Os hospitais particulares de São Paulo que paralisarem o atendimento aos segurados da Previdência Social, alegando prejuízos decorrentes da aplicação das determinações da reforma monetária, poderão ser enquadrados na lei delegada n.º 4 e receber todas as punições previstas na legislação. A informação é do presidente do Inamps, Hésio Cordeiro, que ontem, no Rio, disse que o governo federal tem os mecanismos necessários para garantir o atendimento médico dos segurados. Segundo Cordeiro, se ficar caracterizada a prática de lock-out, os empresários poderão ser imediatamente enquadrados nos dispositivos legais legais que protegem a economia popular. "Não existe qualquer risco para a população, pois a lei será aplicada. Essa não é uma posição isolada do Inamps, mas uma orientação do governo".

O presidente do Inamps disse que os empresários do setor de saúde não estão aceitando as determinações do Ministério da Previdência, que, tomado por base o decreto da reforma monetária, aplicará as tabelas de conversões no pagamento à rede particular. "Eles pretendem que concedamos um aumento de aproximadamente 33% na tabela de pagamentos e que, aí sim, congelemos esses valores. O ministério não aceitará essa proposta e cumprirá as determinações do decreto."

O superintendente regional do Instituto em São Paulo, Roberto Lago, que está no Rio participando da I Reunião do Conselho Técnico Administrativo do Inamps, afirmou que "por enquanto estamos tomando conhecimento dessa movimentação dos empresários, informalmente. A superintendência, oficialmente, não foi comunicada de nada".

"Médicos não param"

O Vice-presidente da Associação Médica Brasileira, Osvaldo Gianotti Filho, disse ontem desconhecer a ameaça de paralisação dos quase 40 mil médicos credenciados do Inamps. "A diretoria da AMB não discutiu qualquer proposta de greve e a categoria também não se manifestou sobre isso", garantiu Gianotti, que também é presidente da Associação Paulista de Medicina. E o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Arlindo Chinaglia, disse não estar sabendo de qualquer movimento grevista entre a categoria: "Só ouvimos falar de paralisação de hospitais".

Para Gianotti, a greve, "neste momento difícil em que o País atravessa", seria uma atitude errada. "Se o presidente da AMB, Nélson Proença falou na greve foi em seu nome e não da associação. Acho inclusive que dizer nesse momento que os médicos vão à greve é uma atitude irresponsável", criticou Gianotti. Ele informou que amanhã, às 10 horas, haverá uma assembleia na sede da Associação Paulista de Medicina, com a presença de 200 delegados, para discutir a situação dos médicos no Inamps. "Mas não existe qualquer proposta de greve", garantiu.

Gianotti disse que os médicos dis-

cordam da atitude do Inamps de deflacionar os preços pagos por consulta a partir de março. Para resolver essa questão, os médicos já procuraram representantes dos ministérios da Previdência Social, Justiça e Fazenda. "Nesses encontros, o ministro da Justiça Paulo Brossard, admitiu o erro com a deflação".

Nelson Proença, presidente da AMB, anunciou que hoje pela manhã médicos representantes de alguns "setores mais críticos", como hemoterapia, radiologia e patologia clínica, "que exigem equipamentos e aparelhos mais sofisticados", vão discutir a atitude a tomar em relação à proposta de deflação do Inamps. Proença admitiu, porém, que "existe a possibilidade até de paralisação dos médicos dessas áreas".

Novo contrato-padrão

A Previdência Social quer ter acesso à contabilidade dos hospitais particulares para comprovar se realmente está havendo os prejuízos alegados pela rede. A direção do ministério está disposta também a descredenciar automaticamente os hospitais particulares ou filantropicos que não prestarem os serviços assistenciais para os quais foram contratados.

Estas são algumas das inovações que deverão constar do novo contrato-padrão a ser aprovado dias 8 e 9 durante reunião entre o Inamps e a rede hospitalar, no Rio. O novo contrato definirá o tipo de relacionamento entre a Previdência e os hospitais particulares, modificando a atual relação jurídica entre as duas partes e colocando-a dentro dos princípios do Direito Público. Assim, se um hospital não cumprir o contrato, poderá ser acionado juridicamente, além de ser descredenciado. O novo contrato também procurará formas de punir os hospitais que fraudam e não a tendem corretamente os segurados.

Controle muda

Até o final do mês, o Inamps começará a utilizar um novo sistema no controle dos atendimentos médicos ambulatoriais da rede de hospitais particulares. O novo programa é o Pagamento de Assistência Ambulatorial — PAA —, que deverá substituir, em grande parte, o BAU (Boletim de Atendimento de Urgência), "melhorando não só a qualidade do atendimento, como também o controle sobre as contas apresentadas pelos hospitais".

Segundo Hésio Cordeiro, presidente do Inamps, o PAA vai ser adotado inicialmente em 35 hospitais de São Paulo, responsáveis por 80% do atendimento ambulatorial aos segurados no Estado. "Vamos utilizar microcomputadores em cada um desses locais, que, operados por servidores da Previdência, vão elaborar fichas dos pacientes desde a chegada aos postos até a saída, contendo todos os procedimentos médicos usados em seu atendimento. Assim, poderemos ter um controle mais eficaz das contas a serem pagas posteriormente."